

EIXO 4 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCACAO

**Política de valorização docente em Angola: análise da formação, carreira e
remuneração do professor**

Chocolate Adão Brás (UFPR)

chocolatebras@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objeto as políticas de valorização docente em Angola, enfocando a análise da formação, da carreira e da remuneração do professor do ensino primário. O mesmo busca responder a pergunta: *como a gestão da formação inicial e continuada, a constituição e critérios de progressão na carreira e a remuneração do professor do ensino primário representam a valorização docente em Angola?* Assim, o seu objetivo é analisar a formação inicial e continuada dos professores do ensino primário em Angola, a sua carreira através do exame da constituição da carreira e dos critérios de progressão e a remuneração considerando o vencimento-base e subsídios. A pesquisa que fundamenta o artigo tem abordagem qualitativa e foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e documental. Os seus resultados sinalizam a necessidade de se adotar políticas que visem valorizar os profissionais da educação em Angola, por meio de garantia de uma melhor formação, melhores condições de trabalho e de progressão na carreira, bem como do pagamento de salários dignos e subsídios atrativos.

Palavras-chave: Política de valorização docente. Profissão docente. Professores angolanos.

1 Introdução

Emergente nos debates do campo da política educacional, o tema valorização do trabalho docente vem sendo articulado à melhoria da qualidade de ensino e da qualidade de vida dos professores, traduzida pelas condições concretas de formação, remuneração e de trabalho (CARISSIMI; TROJAN, 2011). Não obstante a complexidade do seu conceito, considerando as disputas sobre o mesmo e o facto de estar em construção permanente alinhada ao contexto sócio-histórico e político em que ela se insere, a valorização do professor tem sido muito discutida e estudada nas pesquisas sobre

educação em diversos países. Grochoska (2015) ao analisar o estado do conhecimento sobre a valorização do professor, considera que essa valorização se efetiva por meio de elementos como carreira, formação, condições de trabalho e remuneração.

A pesquisa de Fanfani (2007) sobre condição docente em países como Argentina, Brasil, Peru e Uruguai indicou que a valorização professor deve combinar pelo menos três dimensões: “o recrutamento e a formação inicial e permanente, as condições de trabalho (divisão do trabalho pedagógico, carreira, contexto institucional de trabalho etc.) e o sistema de estímulo e recompensas materiais e simbólicas (salário e reconhecimento social).” (JACOMINI, NASCIMENTO; IMBÓ, 2020, p. 66).

No contexto de Angola se faz necessário estudar como se estrutura a profissão docente e como ela se enquadra nas perspectivas de valorização docente. Neste sentido, eleger-se como problema de pesquisa, *como a gestão da formação inicial e continuada, a constituição e critérios de progressão na carreira e a remuneração do professor do ensino primário representam a valorização docente em Angola?*

Este artigo objetiva analisar a formação inicial e continuada dos professores do ensino primário em Angola, a sua carreira através do exame da constituição da carreira e dos critérios de progressão e a remuneração considerando o vencimento-base e subsídios.

Para a sua organização, o estudo está dividido em quatro seções: primeiramente, se fundamenta a discussão sobre a valorização do professor, em seguida se descreve a organização e gestão da formação inicial e continuada de professores, se caracteriza a carreira do professor do ensino primário, enfocando para a sua constituição e critérios de progressão, e, finalmente se analisa a sua remuneração considerando o vencimento-base e suplementar (subsídios) para chegar às considerações finais.

2 Materiais e métodos

A pesquisa que fundamenta o texto tem abordagem qualitativa e foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e documental. Optou-se por realizar um estudo fundado em documentos tendo em conta a relevância da análise documental em política educacional, por se tratar de uma “área da pesquisa em educação que trabalha diretamente com documentos de política” (FÁVERO; CENTENARO, 2019, p.174).

São eleitos como documentos de análise a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, alterada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto), o

Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário (Decreto Presidencial n.º273/20, de 21 de Outubro), o Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação (Decreto Presidencial n.º 160/18, de 3 de Julho), o Regime Jurídico de Avaliação dos Agentes de Educação (Decreto Presidencial n.º 28/22 de 27 de Janeiro, o Ajustamento das tabelas de índice e vencimentos-base do pessoal técnico das Carreiras dos Agentes da Educação (Decreto Presidencial n.º 146/22, de 7 de Junho) e Relatórios oficiais do Ministério da Educação (MED) de alguns atores internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

3 Resultados e discussão

O artigo analisa 3 aspetos da valorização docente, nomeadamente a formação inicial e continuada, a carreira e a remuneração dos professores da educação básica (Ensino Primário) em Angola, partindo dos aportes de Jacomini, Nascimento e Imbó (2020).

Neste sentido, compreende-se que a formação de professores do ensino primário em Angola ocorre em duas perspectivas, operando-se como indica Grochoska (2015) ao nível da formação inicial e continuada. Sendo a formação inicial desenvolvida em dois níveis distintos, nomeadamente formação média normal realizada pelas Escolas de Magistério e formação em nível de graduação realizada nos Institutos Superior de Ciências da Educação e nas Escolas Superiores Pedagógicas. Quanto a formação continuada, ela é desenvolvida ao nível das instituições de ensino em que os professores atuam por meio de seminários de capacitação pedagógica e através de projetos financiados pelo governo de Angola, tratando de uma política pública da alçada do governo (CARISSIMI; TROJAN, 2011), e por projetos financiados por agências supranacionais, como é o caso do Projeto Aprendizagem para Todos financiado pelo Banco Mundial.

O ingresso e a progressão na carreira para o professor do Ensino Primário têm como critério fundamental o nível de formação académica. Assim, de acordo com o artigo 40.º do Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação, o candidato com maior titulação (doutor) ingressa na carreira com a categoria de professor do ensino primário do 5.º Grau

e pode progredir até ao 1.º Grau, enquanto o tem a a formação média (o mínimo para o ingresso na carreira docente) ingressa como professor do ensino primário do 13.º Grau, podendo progredir ao limite do 10.º Grau.

Não obstante os ajustes feitos pelo Governo de Angola em Junho de 2022 ao vencimento-base dos professores e educadores de infância, o salário do professor em Angola continua a gerar muito descontentamento por parte da classe de professores, representados pelo Sindicato Nacional de Professores, que defende o salário mínimo “equivalente, em Kwanzas, a 1.500 dólares (975.000,00 Kwanzas), tendo em conta a contínua perda do poder de compra e a taxa de inflação do país nos últimos anos, onde o custo da cesta básica gira em torno de 250.000 Kwanzas.

Os resultados do estudo indicam que tem havido uma preocupação frequente dos sindicatos profissionais e do Ministério da Educação com as questões atinentes a valorização docente, sobretudo no que se refere à qualidade da formação inicial e continuada, à uma melhor gestão da carreira docente através da contínua progressão na carreira, bem como sobre a necessidade de se garantir aos professores uma melhor remuneração, reclamando-se ajustamentos do vencimento-base e incremento de subsídios, considerando a contínua perda do poder de compra dos salários dos professores.

4 Conclusões

O estudo identificou melhorias no que se refere a gestão da formação inicial e continuada de professores com um aumento do número de professores com formação pedagógica sobretudo através da formação continuada do Projeto Aprendizagem para Todos financiado pelo Banco Mundial. Porém o mesmo não ocorre em relação a progressão na carreira e a remuneração, na medida em que muitos professores ainda ficam muitos anos estagnadas nas categorias docentes de ingresso por falta de concurso público de acesso (promoção) e pelo facto do salário do Professor do Ensino Primário do 1.º Grau, isto é, o topo da carreira docente, ser inferior ao equivalente a 1.000 dólares americanos (404.312,12 Kwanzas), o que tem gerado desmotivação e insatisfação da classe, manifestada através de greves.

Neste sentido, necessário se faz a adoção de políticas que visem valorizar os profissionais da educação em Angola, por meio de garantia de uma melhor formação,

melhores condições de trabalho e de progressão na carreira, bem como do pagamento de salários dignos e subsídios atrativos. Observando-se, assim, o que sugere a UNESCO (2001), é urgente revalorizar o estatuto do professor se se quiser que a educação ao longo de toda a vida cumpra a missão central para o progresso das sociedades e para reforço da compreensão mútua entre os povos, devendo o professor ser reconhecido como “o mestre” pela sociedade e dispor da autoridade necessária e dos meios de trabalho adequados.

5 Referências

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 160/18, de 3 de Julho – **Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação**. Diário da República, I Série, n.º 95. Luanda: Imprensa Nacional, 2018.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro - **Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário**. Diário da República, I Série, n.º 168. Luanda: Imprensa Nacional, 2020.

CHOCOLATE, F. A. M. **Escolha profissional de estudantes de pedagogia de duas instituições de ensino superior: Angola e Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário FIEO, Osasco, São Paulo, 2011.

JACOMINI, M. A.; NASCIMENTO, A. P. S. ; IMBÓ, K. A. S. Composição da remuneração docente nos planos de carreira de capitais brasileiras: vencimento base e vantagens pecuniárias. In: **Educação em Foco**, ano 23, n. 39 - jan./abr. 2020, p.64-87.

OIT. **Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores**. Viana de Castelo. OIT/UNESCO, 2008.